

***Privatisation, Liberalisation and the
Portuguese Telecommunications
Sector: a Social Cost-benefit Analysis****

Sumário Executivo

Maria de Lurdes Martins

Universidade do Minho

Natália Maria Monteiro

Universidade do Minho

Seminário 3

12 de Dezembro de 2006

* Este estudo, incluindo os respectivos pressupostos e conclusões, é da exclusiva responsabilidade dos seus autores, não comprometendo ou veiculando qualquer posição da ANACOM.

Privatização e Liberalização do sector das Telecomunicações em Portugal: uma análise do custo/benefício social¹

Maria de Lurdes Martins* e Natália Maria Monteiro**

O sector das telecomunicações em Portugal registou profundas alterações, sobretudo nas últimas duas décadas. No início dos anos 90, a rede nacional de telecomunicações era composta quase exclusivamente por redes fixas, de duas empresas monopolistas – CTT e TLP – que apresentavam algum atraso em termos de expansão (apenas 71,6% dos lares portugueses dispunham de telefone fixo, em 1993). Nesta época, a rede móvel era ainda um projecto em fase de arranque.

Apesar disso, e em consequência de sucessivas alterações na regulação do sector, que passaram pela criação, e posterior privatização, da Portugal Telecom (PT), e pela crescente liberalização das redes fixa e móvel, as telecomunicações portuguesas, hoje em dia, assemelham-se às de qualquer outro país europeu, quer em termos de variedade de serviços prestados, quer em termos do número de empresas presentes no mercado.

Quais os benefícios ou custos sociais decorrentes da alteração da regulação – privatização e crescente liberalização – no sector das telecomunicações? Será que estas reformas geraram um aumento da eficiência das empresas? No caso afirmativo, qual o grupo de agentes económicos mais afectado? Será que estes ganhos de eficiência permitiram aumentar os lucros, beneficiando as empresas? Ou reflectiram-se em preços mais baixos, beneficiando também os consumidores? Finalmente, quanto é que o Estado beneficiou com as reformas?

O objectivo do presente estudo consiste em avaliar o impacto, em termos de bem-estar social, decorrente da introdução das reformas – privatização e da crescente liberalização – no sector das telecomunicações portuguesas no período entre 1993 e 2004. Mais concretamente, o estudo pretende aferir qual a repartição dos ganhos sociais líquidos (benefícios menos custos) pelos diferentes grupos de agentes económicos: consumidores, empresas e governo. Para este

¹ As autoras agradecem as sugestões e comentários recebidos do júri do concurso ICP/ANACOM. E agradecem também o apoio financeiro atribuído. A responsabilidade por qualquer erro ou incorrecção é atribuível exclusivamente às autoras.

* NIMA - EEG – Universidade do Minho – 4710-057 Braga (e-mail: lmartins@eeg.uminho.pt).

** NIPE - EEG – Universidade do Minho – 4710-057 Braga (e-mail: n.monteiro@eeg.uminho.pt).

fim, o estudo segue de perto a metodologia empregue por Newberry e Pollitt (1997) na avaliação económica da reestruturação e privatização do sector eléctrico inglês.

De acordo com esta metodologia, o desempenho das empresas, observado durante um determinado período de tempo, é comparado com um desempenho de referência (obtido num cenário hipotético de não existência de reformas no sector das telecomunicações). Assim, o impacto das reformas resulta da simples diferença entre os valores observados para cada variável e os correspondentes valores simulados, antes e depois da implementação das reformas.

Este estudo considera cinco cenários de referência que correspondem respectivamente a uma quebra nos custos de 0, 1, 2, 3, 4 por cento para os custos do segmento da rede fixa (o zero por cento corresponde ao cenário fortemente pró- empresa pública, e o quatro por cento corresponde ao cenário fortemente pró-empresa privada). De igual forma, e com a mesma interpretação, considera-se uma redução de 0, 2, 4, 6, 8 por cento para os custos do segmento da rede móvel no cenário de referência. Para além disso, o estudo utiliza o primeiro ano pós-privatização (1996) como ano base para a incidência da referida evolução dos custos. Os custos observados dizem respeito aos custos controláveis dos segmentos de negócio correspondentes à rede fixa e aos da rede móvel da PT. O estudo exclui da análise o segmento Multimédia e as participações estrangeiras do grupo PT.

A aplicação dos procedimentos atrás enunciados resulta numa estimativa, para os ganhos de eficiência produtiva da PT, que varia entre os 6% (no cenário fortemente pró-empresa pública) e os 32% das receitas totais anuais dos segmentos de negócio da rede fixa e móvel da PT (cenário fortemente pró- empresa privada). Este resultado é assim comparável com o valor encontrado de 12%, no caso da privatização da British Telecom (BT), e de 13%, no caso da privatização da Teléfonos de México, por Vogelsang *et al.* (1994).

A evidência obtida indica ainda que todos os agentes beneficiaram das reformas implementadas. O governo é o grupo que menos beneficia, embora a análise não considere a receita das privatizações. Em contraste, os consumidores são os grandes “vencedores” das reformas (com excepção dos dois cenários mais fortemente pró-empresa pública) arrecadando entre 53% e 82% do bem-estar total. No entanto, em termos dinâmicos, os consumidores perdem bem-estar nos anos imediatamente após a privatização da PT, tendo-se invertido esta

situação, a partir do ano de 2000. Os consumidores do mercado grossista constituem a única exceção, pois sofrem perdas de bem-estar consideráveis a partir de 2001.

Finalmente, os segmentos de negócio da PT relativos à rede fixa e móvel poderão ter obtido lucros de exploração inferiores aos que obteriam no cenário de referência, ou seja sem privatização e sem liberalização dos mercados. Sendo assim, os produtores parecem ter beneficiado menos com os ganhos de eficiência conseguidos no período da presente análise, sobretudo a partir de 2000.